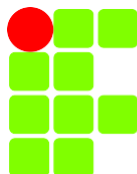




**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUÍ**

BOLETIM DE SERVIÇOS

ARTIGO 1º, INCISO II, DA LEI Nº 4.965, DE 05/05/1966.

EDIÇÃO EXTRA Nº 48, DE 20 DE MAIO DE 2024.

ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO A CARGO DA DIGEP

Av. Presidente Jânio Quadros, 330 – Santa Isabel – Teresina – PI CEP. 64.053-390 – Fone (086) 3131-141



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 37/2024 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 16 de maio de 2024.

Aprova a criação do curso de Especialização em Gestão Escolar, modalidade de Educação a Distância (EaD), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, e considerando o processo nº 23055.002281/2024-81

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, **ad referendum**, a criação do curso de Especialização em Gestão Escolar, modalidade Educação a Distância (EaD), no IFPI, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA

Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

■ Paulo Borges da Cunha, REITOR(A) - CD1 - REI-IFPI, em 16/05/2024 16:59:14.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 27/04/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 263435

Código de Autenticação: 5d5c8cf4d9



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
DE ESPECIALIZAÇÃO EM
GESTÃO ESCOLAR
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

BRASÍLIA/2020

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR MODALIDADE A DISTÂNCIA

Elaborado pela equipe de Apoio à Diretoria de Educação a Distância

Prof. Dr. Adriano Sérgio Lopes da Gama Cerqueira (UFOP) Prof.
Dr. Helton Cristian de Paula (UFOP)
Profa. Dra. Heloisa Candia Hollnagel (UNIFESP)
Prof. Dr. Ricardo Hirata Ikeda (UNIFESP)
Prof. Dr. Ricardo Luiz Pereira Bueno (UNIFESP)

A partir do Projeto original do PNAP elaborado por:

Prof.^a Dra. Ana Maria Ferreira Menezes (UNEB)
Prof. Dr. Ciro Campos Christo Fernandes (ENAP) Prof.^a
Dra. Clícia Maria de Jesus Benevides (UNEB) Prof. Dr.
Helton Cristian de Paula (UFOP)
Prof. Dr. Paulo Emilio Matos Martins (UFF)
Prof. Dr. Ricardo Jorge da Cunha Costa Nogueira (UFAM)
Prof.^a Dra. Vanessa Costa e Silva (FIOCRUZ)

BRASÍLIA/2020

APRESENTAÇÃO

O Curso de Especialização em Gestão Escolar, na modalidade a distância, no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que ora apresentamos, integra o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP).

O PNAP nasceu em 2006 a partir da experiência piloto do curso de Administração, supervisionado pela Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC) e coordenadores das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES). Além do bacharelado em Administração, o PNAP, atualmente, é composto por quatro especializações na área pública, sendo as três iniciais Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde, com o acréscimo em 2020 da especialização em Gestão Escolar.

Nesse contexto, em 2009, a UAB, já integrada à estrutura da Capes, lançou um edital (Edital UAB/Capes 01/2009, de 27 de abril de 2009) voltado à adesão de Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) para oferta dos referidos cursos. O programa ofereceu um PPC base que deveria ser analisado e adequado à realidade social de cada IPES. A matriz curricular do curso e os materiais didáticos foram desenvolvidos por uma rede nacional, sendo utilizados em todos os cursos e em todas as IPES aprovadas.

O objetivo central do PNAP é formar e qualificar pessoal em nível superior visando o exercício de atividades gerenciais, possibilitando que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal.

O PNAP, assim como outras iniciativas de fortalecimento das capacidades estatais no Brasil, foi impactado por três vetores principais: o processo de descentralização das políticas públicas em direção às administrações subnacionais; o fortalecimento da qualificação como critério para progressão e desenvolvimento nas carreiras da Administração Pública; e o fortalecimento da modalidade de ensino a distância como instrumento desta qualificação, impulsionada com o avanço das tecnologias de informação e comunicação (TIC). O PNAP continuou com a metodologia de monitoramento por meio da realização de Fóruns Nacionais, os quais visam congrega, coordenar e

representar com autonomia os cursos das diversas áreas do programa, de modo a implementar ações de melhoria da qualidade na formação inicial e continuada. Durante esses anos ocorreram 4 fóruns na área do PNAP.

O primeiro, que teve o papel primordial de implantar o Fórum da Área de Administração Pública com a escolha de sua presidência, aconteceu em Salvador (Bahia) em 2010; o segundo, ocorrido em Brasília (DF) em 2012, já se discutia propostas de reformulações dos Projetos Pedagógico de Cursos (PPC); o terceiro, acontecido em Belo Horizonte (MG) em 2013, deu continuidade às discussões sobre os PPC; e, o quarto, realizado em Florianópolis (SC) em 2014, reuniu cerca de 180 coordenadores dos Cursos de Especializações em Gestão em Saúde, Gestão Pública e Gestão Pública Municipal, na modalidade de Educação a Distância (EaD), cujo objetivo principal foi propiciar a interação, a troca de experiências e discussões sobre os PPC e a elaboração e atualização de materiais didáticos. Vale ressaltar que todos os fóruns contaram com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Em 2017 foi constituída a Comissão de apoio à gestão do PNAP que objetivou analisar as sugestões formuladas nesses fóruns à luz das DCN/2014. Desse trabalho resultaram novos PPC (Bacharelado e Especializações) e a revisão do material didático adequando-os às especificidades do setor público no Brasil.

Em 2020 mais um curso foi integrado ao PNAP: o curso de Especialização em Gestão Escolar. O objetivo é atender a necessidade de formação de gestores nas áreas federal, estadual e municipal, para que possam lidar com os desafios da educação básica.

Desde a criação do PNAP, vários acadêmicos contribuíram para a consolidação e amadurecimento do Programa. Destacamos : os(as) professores(as) Alexandre Marino Costa (UFSC), Marcos Tanure Sanábio (UFJF), Teresa Cristina Janes Carneiro (UFES) e Cledinaldo Aparecido Dias (UNIMONTES).

1 - Dados de Identificação do Curso

a) Nome do Curso:

Curso de Especialização de Gestão Escolar

b) Proponente:

Universidade de Pernambuco

c) Público-alvo:

Profissionais que atuam ou venham a atuar na gestão no setor de educação ou instâncias ligadas a educação em todas as esferas do Estado e dos municípios.

d) Número de Vagas:

Serão ofertadas conforme editais públicos ou outros meios de financiamento disponíveis quando da abertura das vagas.

e) Formas de Ingresso:

Editais de seleção de análise curricular.

f) Duração do Curso:

O curso foi concebido para ser integralizado em 18 meses.

g) Previsão para Início das Atividades:

Setembro/2023

2 - Introdução

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, visando sistematizar as ações, programas, projetos, atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando a consecução e fomento dos cursos da UAB, e consequentemente, a democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), estimula a oferta do Curso de Especialização em Gestão Escolar e de especializações na modalidade a distância, integrantes do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) e operacionalizados pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso de Especialização em Gestão Escolar vem ao encontro das necessidades de gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais na área de educação, capacitados para exercitar a gestão nos poderes e nas esferas da Administração Pública nacional, regional e local.

Para atender a demanda pela formação de gestores escolares nos entes da federação do Brasil, a (IPES) oferece o Curso de Especialização em Gestão Escolar no intuito de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo assim sua missão e colaborando com o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) está pautado na observância aos dispositivos legais, regimentais e institucionais, entre eles:

- Dispositivos da Universidade Aberta do Brasil (UAB);
- Resolução CONSUN/UPE 028/2020

3 – Justificativa

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados e municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União.

Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos, antes exercidos pela União, que exigem competências específicas e uma nova gestão de atividades essenciais.

Vale destacar que as políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Em 2007, este foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos. Na realidade, até o presente momento muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior, ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública.

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal (CF), há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas como tal.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da

receita quanto do lado da despesa. No entanto, o Poder Público deve estar preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir essa legislação. É razoável afirmar que isso exige quadros de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa responsavelmente.

Nos últimos anos, no entanto, a concepção de Estado e o papel dos governos e da administração pública tem adquirido renovado interesse. Essa situação se particulariza na América Latina, onde se tornou muito evidente a constatação de que a capacidade do Estado é condição para a democracia. Sem uma adequada capacidade de fazer valer as regras e implementar as decisões tomadas pelos sujeitos políticos, ou sem assegurar o cumprimento dos direitos e deveres associados à cidadania, um regime democrático torna-se inefetivo.

Nesse contexto, a Administração Pública brasileira vem passando por transformações. Assim, a necessidade de qualificação e renovação dos quadros da administração pública passa a demandar ações de capacitação e preparação de força de trabalho para as tarefas da Administração Pública.

Nesse esforço de fortalecimento das capacidades estatais, iniciativas passaram a ser desenhadas, como por exemplo, o estabelecimento de uma rede nacional de escolas de governo – articulada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – e o lançamento do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que nasceu com a expectativa de atender, não apenas gestores na esfera federal, mas, sobretudo, os gestores nos níveis estadual e municipal.

Dessa forma, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, Estados e Municípios necessitam de profissionais qualificados em gestão. Neste contexto é importante a oferta de cursos e programas de capacitação que contribuam para a efetivação das políticas públicas.

4 - Universidade Aberta do Brasil – UAB: Objetivos

De acordo com o Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, a UAB é um Programa que tem como objetivo primordial:

- I. Ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância, priorizando a oferta na formação inicial de professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados.
- II. Ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública.
- III. Reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância.
- IV. Formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade, objetivando a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

5 - Diretoria de Educação a Distância da CAPES

A Diretoria de Educação a distância (DED) da CAPES, objetiva fomentar e articular as instituições de ensino superior integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e seus polos de apoio, subsidiando a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores.

Busca apoiar a formação dos profissionais da educação por meio da concessão de bolsas e auxílios. O planejamento, coordenação, fomento e

avaliação dos cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições integrantes da UAB. Fazem parte dos objetivos da Diretoria de Educação a Distância a formulação, implementação e execução de políticas de expansão e interiorização de formação superior pública.

A DED, para consecução dos seus objetivos, irá articular-se com o Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CTC-EB) na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da CAPES no tocante à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores.

Cabe à Diretoria o estabelecimento de diretrizes e normas para programas e cursos no âmbito do Sistema UAB e uma política institucional de estímulo à inovação em EaD; além de firmar acordos de cooperação técnica e instrumentos congêneres com as IPES e os mantenedores de polos integrantes do Sistema UAB.

6 - Caracterização Regional

O Estado de Pernambuco é formado por 184 municípios e um distrito (o Arquipélago de Fernando de Noronha) possuindo uma área de 98,3 mil Km². De acordo com o IBGE, em 2020 tem uma população estimada em 9,6 milhões de pessoas. Em 2018, o PIB pernambucano foi de R\$ 186,35 bilhões

Nos anos recentes o Nordeste vem apresentando índices de crescimento de sua atividade econômica superiores aos registrados para o país e Pernambuco tem acompanhado a Região nesse processo.

O Estado possui uma posição geográfica privilegiada, o que lhe concede um de seus grandes diferenciais competitivos, permitindo o escoamento de mercadorias com rapidez e baixos custos, não só para os demais estados brasileiros, mas também para os grandes mercados internacionais: América do Norte, União Europeia, Ásia e, ainda, Mercosul e África.

O Recife é capital do Estado de Pernambuco e concentra em torno de si o maior mercado consumidor do Nordeste, abrangendo 4 capitais e várias cidades com população superior a 100 mil habitantes em um raio de 300 Km.

A Região Metropolitana da capital agrega 14 municípios, registrando uma população de mais de 3,5 milhões de habitantes, configurando-se como uma das maiores concentrações urbanas do Brasil. Essa Região Metropolitana oferece um amplo leque de infraestrutura e serviços, o que a torna um local privilegiado tanto para os que nela habitam como para aqueles que estão em busca de um local com vantagens comparativas positivas para instalar os seus empreendimentos.

O Recife é conhecido como centro de um sofisticado comércio varejista regional e centro de uma área de cultura e lazer que atrai não só o cidadão local, mas também turistas brasileiros e estrangeiros. A cidade dispõe de um aeroporto bem equipado - o Aeroporto Internacional dos Guararapes - com ligações nacionais e internacionais regulares. Esse aeroporto movimenta, atualmente, mais de 5 milhões de passageiros/ano, com capacidade para absorver um crescimento adicional desse contingente decorrente do crescimento das atividades econômicas e do movimento turístico, em Pernambuco e na Região Nordeste.

Ao Sul, dentro ainda dos limites da Região Metropolitana do Recife, entre os municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, encontra-se o moderno Porto de Suape e seu Complexo Industrial.

Em relação à economia, Pernambuco vem experimentando uma profunda transformação na sua base, passando de uma base agrícola (há 40 atrás centrada no plantio em larga escala de cana-de-açúcar) para uma base de serviços.

A atividade sucro-alcooleira, entretanto, passou por um significativo processo de modernização e mesmo tendo, atualmente, uma menor participação na formação do PIB estadual, a atividade tem se concentrado, de forma eficiente, na produção de biocombustível.

Além disso, nas últimas décadas, a base industrial do Estado se diversificou, tendo atualmente um parque industrial fortemente baseado na indústria de transformação, incluindo os setores de produção de bebidas, química, têxtil, metalurgia e confecções. Vale destacar também os grandes investimentos que estão se instalando no estado, em especial os Empreendimentos Estruturadores implantados no Complexo Industrial Portuário

de Suape: Uma Refinaria de Petróleo, com investimentos de U\$S 4,5 bilhões, um Complexo Petroquímico e Têxtil, onde serão investidos U\$S 1,2 bilhão e um Estaleiro Naval, especializado na construção de grandes navios, com investimentos de U\$S 670 milhões.

Ao lado das 81 empresas já instaladas no Complexo, outros novos negócios encontram-se em implantação (alguns deles já prestes a entrar em operação), com investimentos que somam U\$S 7,0 bilhões. Diversos outros projetos estão sendo negociados entre o Governo do Estado e o setor privado, cujos investimentos somam U\$S 10,0 bilhões.

Ao lado do Complexo Industrial Portuário de Suape, devem ser mencionados outros importantes vetores do desenvolvimento do Estado. São eles:

- O Porto Digital, um polo de informática localizado nas cidades de Recife e Caruaru, com mais de 250 empresas instaladas apresentou;
- O polo de serviços médicos, concentrado na Região Metropolitana do Recife, o qual com sua avançada tecnologia e profissionais qualificados absorve 15 % da demanda por serviços de saúde de outros estados nordestinos;
- O polo têxtil da Região do Agreste;
- O polo gesso do Sertão do Araripe, onde 312 empresas, em 2007, extraíram e beneficiaram 5,2 milhões de toneladas de gipsita ;
- A agricultura irrigada do Vale do São Francisco, atividade que coloca a região como segundo maior produtor de frutas do Brasil e que responde por 42% das exportações brasileiras de frutas in natura (US\$ 645,0 milhões em 2007).; e
- A indústria do turismo, com ênfase no pólo turístico centrado no litoral, onde estão sendo implantados empreendimentos turísticos privados (hotéis e resorts) com investimentos que totalizam US\$ 1,5 bilhão.

No que tange à região do interior (Sertão e Agreste) destaca-se a construção da Transnordestina, a transposição do Rio São Francisco e outras obras que colocaram a região em destaque no cenário nacional. Tendo por exemplo, cidades como Salgueiro consolidando-se como um dos principais polos

de serviços logísticos, inclusive com a potencialidade de receber uma modalidade de organização logística como uma Plataforma Logística, com a possibilidade de agregar serviços aduaneiros, despachantes e atrair grandes centros atacadistas a se utilizar da otimização do uso conjunto dos modais rodoviário e ferroviário.

Esses projetos são os responsáveis pela dinâmica do crescimento econômico verificado nos últimos anos na região, que repercutiram no crescimento de vários setores, entre eles: imobiliário, médico, hoteleiro e educacional.

Neste cenário de transformações socioeconômicas, o estado de Pernambuco atualiza as demandas da esfera produtiva. A Universidade, por sua vez, é convocada a desempenhar papel estratégico na reposição das forças produtivas que garantem o ritmo de desenvolvimento proposto, agindo, deste modo, na oferta de ciência e tecnologia e força de trabalho capacitada.

7 - Integração e Articulação da Educação a Distância da (IPES) ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB)

O curso de Especialização em Gestão Escolar a distância está planejado para ser ofertado nos Polos de Apoio Presencial.

A Universidade de Pernambuco hoje já atua em 12 polos de educação à distância no estado a saber: Afrânio, Cabrobó, Fernando de Noronha, Floresta, Gravatá, Ouricuri, Palmares, Santa Cruz do Capibaribe, São José do Egito, Sertânia, Surubim, Tabira.

Pretende-se ofertar turmas para todos os pólos ao longo das ofertas que forem feitas pela CAPES.

8 Aspectos Institucionais

A Fundação Universidade de Pernambuco (UPE) é uma universidade pública estadual, com sede no Recife, no Estado de Pernambuco, Brasil.

Em 1966, as faculdades de Ciências Médicas de Pernambuco (fundada em 1950), de Odontologia de Pernambuco (1955), de Enfermagem Nossa Senhora das Graças (1945), de Ciências da Administração de Pernambuco (1965) se uniram com a Escola Politécnica de Pernambuco (1912) para formar o núcleo inicial da Fundação de Ensino Superior de Pernambuco - FESP, que viria a se transformar, no início da década de 90, na Universidade de Pernambuco, adquirindo caráter público e assumindo o seu papel social.

Viriam, ainda, na década de 70 se juntar a Escola Superior de Educação Física (fundada em 1946) e as Faculdades de Formação de Professores de Garanhuns (1966), de Nazaré da Mata (1966) e de Petrolina (1968).

Em 1976 foi criado o Instituto de Ciências Biológicas, como unidade centralizadora das disciplinas básicas dos cursos de Medicina, Odontologia, Enfermagem e Educação Física. Mais recentemente foram criadas Faculdades de Ciência e Tecnologia nos municípios de Caruaru e Salgueiro, e os campus de Arcoverde, Serra Talhada e Palmares.

Desta forma, a UPE possui um campus descentralizado e espalhado por diversas cidades do estado (Recife, Camaragibe, Caruaru, Garanhuns, Nazaré da Mata, Petrolina, Salgueiro, Palmares, Arcoverde e Serra Talhada), além de haver implantado os cursos à distância de Administração Pública, Letras, Pedagogia, Ciências Biológicas e História nos polos de Águas Belas, Sertânia, Ouricuri, Garanhuns, Floresta, Palmares, Santa Cruz do Capibaribe, Afrânio, Cabrobó, Garanhuns, Gravatá, Surubim, São José do Egito e Tabira.

8.1 - Missão

Contribuir para o desenvolvimento sustentável de Pernambuco através do ensino, da pesquisa e da extensão universitária.

8.2 - Princípios e Valores

Excelência em serviços, integridade, comprometimento com o desenvolvimento econômico e social de Pernambuco e compromisso contra todas as formas de exclusão social.

8.3 - Outros Aspectos

Tem com visão ser reconhecida pela sociedade e diversas instâncias de governo, por sua contribuição para o desenvolvimento sustentável em todas as regiões do Estado, em razão da sua excelência no ensino, na pesquisa e na extensão universitária, assumindo-se, definitivamente, como Universidade estatal, pública e gratuita.

9 - Concepção do Curso de Especialização em Gestão Escolar

A Especialização em Gestão Escolar visa auxiliar as diversas escolas públicas municipais e estaduais de Pernambuco no atendimento à legislação vigente e no alcance de sua missão institucional.

Ademais, tem como intuito promover a profissionalização dos gestores escolares de modo a habilita-los ao melhor manuseio dos recursos públicos.

9.1 - Diretrizes Metodológicas para Formação do Curso

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

- I. Temas e conteúdos que reflitam os contextos vivenciados pelos educandos, nos diferentes espaços de trabalho e também nas esferas local e regional.
- II. Enfoque crítico e pluralista no tratamento dos temas e conteúdos.

- III. Produção de conhecimento aplicado à solução de problemas no âmbito da gestão escolar, enfatizando o caráter instrumental do curso, em especial com o uso de estudo de casos.

Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas baseadas nos aspectos:

- técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; e
- ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

9.2 - Concepção Pedagógica do Curso

A concepção do Curso de Especialização em Gestão Escolar está voltada para a formação de profissionais capazes de atuar no contexto do setor de educação à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos das organizações, em especial aquelas do setor público, visando o desenvolvimento socioeconômico.

9.2.1 - Objetivo Geral

Capacitar os participantes a atuarem como gestores escolares e potencializar a execução de atividades administrativas e de prestação de serviços nas diversas esferas do setor de educação.

9.2.2 - Objetivos Específicos

- Desenvolver competências e habilidades de articulação e negociação com atores sociais e políticos e com dirigentes e técnicos de outras organizações, no seu ambiente de atuação.
- Assimilar conhecimento teórico e aplicado atualizado para o diagnóstico e solução de problemas de política e de gestão das organizações públicas.

- Aplicar os modelos e instrumentos do planejamento estratégico e de gestão no contexto das organizações públicas com vistas à melhoria do seu desempenho, efetividade e legitimidade.
- Desenvolver a sensibilidade e capacidade de incorporação das dimensões e aspectos éticos na atuação como gestor escolar.

9.3 – Organização Curricular

9.3.1. MÓDULO BÁSICO

O módulo básico é composto por seis disciplinas/atividades, de 30 horas, perfazendo um total de 180 horas:

Ord.	Disciplinas / Atividades	C. H.
1	Introdução a EaD	30
2	Política e Sociedade	30
3	Políticas Públicas	30
4	Gestão Pública	30
5	Metodologia da Pesquisa	30
6	TCC	30
–	TOTAL DE HORAS	180

A função do Módulo Básico é propiciar ao estudante uma visão abrangente e atualizada das disciplinas que fundamentam a gestão pública contemporânea, contextualizando a sua aplicação na realidade brasileira e internacional. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Específico, os problemas e questões inerentes a atuação do gestor escolar nas unidades escolares ou demais instâncias do setor de educação.

9.3.2. MÓDULO ESPECÍFICO

O módulo específico em Gestão Escolar é composto por seis disciplinas de 30 horas e duas de 45 horas, perfazendo um total de 270 horas:

Ord	Disciplina	C. H.
7	Educação Pública no Brasil: Legislação e Sistemas de Avaliação	30
8	Desenvolvimento da Educação Integral no Brasil	30
9	Planejamento financeiro e patrimonial em Organizações de Ensino	45
10	Gestão democrática no contexto escolar	30
11	Gestão de Pessoas na Escola	30
12	Projeto Pedagógico na Gestão Escolar	30
13	Elaboração e Avaliação de Projetos na Escola	45
14	Processos Administrativos e Prestação de Contas na Educação	30
–	TOTAL DE HORAS DO MÓDULO	270

9.3.3. Ementário

Disciplina 1 – Introdução a EaD

EMENTA
Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EaD: processos de comunicação, processos de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EaD. Ambientes Virtuais de Ensino-Aprendizagem – AVEA: estratégias de interação. Metodologias Digitais.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
CORRÊA, Denise Mesquita. Introdução à educação a distância e AVEA . 2ªed. Florianópolis: IFSC, 2014. HACK, Josias Ricardo. Introdução à educação a distância . Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011. VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. Introdução à educação a distância . Fortaleza: RDS Editora, 2010.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. Educação a Distância – o estado da arte. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.

MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. **Educação a Distância**: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem. São Paulo: Saraiva, 2015.

MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. **Educação a distância**: pontos e contrapontos. São Paulo: SUMMUS, 2011.

SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. **Educação e tecnologias da informação e comunicação**. Salvador: UNEB/EAD, 2010.

SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. **Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

Disciplina 2 – Política e Sociedade

EMENTA

Formas de governo e regimes políticos. Estado e desenvolvimento. Federalismo. Estado e sociedade no Brasil: participação social. Representação política e sistemas partidários: processo eleitoral brasileiro. Sistema político e instituições públicas brasileiras: presidencialismo de coalizão; relações entre os poderes; judicialização da política.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 3ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Fundação Konrad- Adenauer-Stiftung/Fundação UNESP, 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Construindo o Estado Republicano**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

EVANS, Peter. **Autonomia e parceria**: estados e transformação industrial. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 13ª Edição. Brasília: UNB, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. 13ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política**: quem manda, por que manda, como manda. São Paulo: Objetiva, 2010.

SANTOS, Reginaldo Souza. **Administração política como campo do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 2010.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UnB, 2012.

Disciplina 3 – Políticas Públicas

EMENTA
Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. A participação da sociedade no ciclo das políticas públicas. Globalização e políticas públicas. Tendências e questões atuais neste campo de estudo.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). Implementação de Políticas Públicas. Teoria e Prática . Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012. SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane. (Org.). Políticas Públicas . Coletânea. Brasília: ENAP, vols. 1 e 2. 2006. Parcialmente disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf . WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. Guia de políticas públicas: gerenciando processos . Brasília: Enap, 2014. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20Gerenciando%20Processos.pdf
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco. (orgs.). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise . Brasília: UnB, 2014. HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE Marta; MARQUES, Eduardo. (orgs.). Políticas públicas no Brasil . Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. HOWLETT, Michael.; RAMESH, M.; PERL, Anthony. Políticas públicas: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral . Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. LUBAMBO, Cátia W.; COÊLHO, Denilson B.; MELO, Marcus André. (org.). Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo . Petrópolis: Vozes, 2005. SOUZA, Celina; DANTAS NETO, Paulo Fábio (Orgs.). Governo, Políticas Públicas e Elites Políticas nos Estados Brasileiros . Rio de Janeiro: Revan, 2015.

Disciplina 4 – Gestão Pública

EMENTA
Gestão pública como campo interdisciplinar. Teorias e modelos da Administração Pública: a visão clássica da dicotomia entre política e administração; as abordagens políticas da administração pública; a “Nova Gestão Pública”; a abordagem da governança e do setor público não-estatal. Transparência, <i>accountability</i> e <i>responsiveness</i> : as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados. Experiências de inovação e reforma administrativa na união e nos entes federados brasileiros: desburocratização, regulação, descentralização, parcerias, participação social e governo eletrônico.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
COSTIN, Claudia. Administração Pública. São Paulo: Elsevier Brasil, 2010. DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. Teorias da administração pública . 7ª edição. São Paulo: Cengage Learning, 2016. PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (orgs.). Administração pública: Coletânea . São Paulo / Brasília: UNESP / ENAP, 2010.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (Org.). Reforma do estado e administração pública gerencial . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. FREDERICKSON, H. George; SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christother W.; LICARI, Michael J. The public administration theory primer . Oxford: Westview Press, 2011. JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (Org.). Inovação no campo da gestão pública local. Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV, 2006. PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública : limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2007. TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. Fundamentos de administração pública brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

Disciplina 5 – Metodologia da Pesquisa

EMENTA
Ética em pesquisa, comitê de ética e plágio acadêmico. Delimitação do objeto de pesquisa: tema, problema, justificativa e objetivos; Revisão da literatura: estado da arte do problema. Estratégias metodológicas da pesquisa: (i) a complementariedade das abordagens qualitativa e quantitativa; (ii) tipos de pesquisa com ênfase em estudo de casos e projetos de intervenção; (iii) técnicas e instrumentos de levantamento de dados; (iv) tratamento, análise e apresentação dos resultados. Orientações e Normatizações para Redação Científica (uso da ABNT).
REFERÊNCIAS BÁSICAS
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. RICHARDSON, Roberto Jarry et al. Pesquisa social: métodos e técnicas . 3.ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007. VERGARA, S.C. Métodos de Pesquisa em Administração . 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto ; tradução Magda Lopes. – 3 ed. – Porto Alegre: ARTMED, 296 páginas, 2010. GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007. SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. Metodologia de Pesquisa . 5ª ed. Porto Alegre: Penso, 2013. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007. YIN, Robert. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos . 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Disciplina 6 – TCC

Ementa

O trabalho de conclusão de curso consistirá num artigo acadêmico que deverá seguir as instruções de formatação da Associação Nacional de Pós-graduação em Administração.

Disciplina 7 – Educação Pública no Brasil: Legislação e Sistemas de Avaliação

EMENTA

Histórico da Educação no Brasil. Reforma do Estado e políticas educacionais Legislação Educacional. Constituição Federal de 1988. LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação e Parâmetros Curriculares. Planos Nacionais de Educação. Novas tecnologias e currículo. Globalização, Políticas educacionais e Diagnóstico da educação no Brasil: Sistemas nacionais e internacionais de Avaliação da Educação. Dimensões, indicadores e índices de avaliação da qualidade em educação. Qualidade da educação pública como promotora do desenvolvimento e de reduções de iniquidade sociais: experiências internacionais

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. **Constituição da República do** (versão atualizada até fevereiro/2012);
_____. **Lei 8.069/90** - Estatuto da Criança e do Adolescente.
_____. **Lei 9.394/96** - Diretrizes e Bases da Educação Nacional (versão atualizada até fevereiro/2012).
_____. **Lei 10.172/01**-Plano Nacional de Educação.
_____. **PL 8035/2010** - Novo Plano Nacional de Educação.
_____. MEC- **O Plano de Desenvolvimento da Educação**, Brasília, MEC, 2007.
PISA 2018 - MATRIZ DE LETRAMENTO EM LEITURA – versão preliminar
http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/marcos_referenciais/2018/pisa2018-matriz_referencia_leitura_traduzida.pdf

OECD (2019). PISA 2018 Assessment and Analytical Framework, PISA, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/b25efab8-en>.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. **Constituição da República do** (versão atualizada até fevereiro/2012);

_____. **Lei 8.069/90** - Estatuto da Criança e do Adolescente.

_____. **Lei 9.394/96** - Diretrizes e Bases da Educação Nacional (versão atualizada até fevereiro/2012).

_____. **Lei 10.172/01**-Plano Nacional de Educação.

_____. **PL 8035/2010** - Novo Plano Nacional de Educação.

_____. MEC- **O Plano de Desenvolvimento da Educação**, Brasília, MEC, 2007.

PISA 2018 - MATRIZ DE LETRAMENTO EM LEITURA – versão preliminar

http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/marcos_referenciais/2018/pisa2018-matriz_referencia_leitura_traduzida.pdf

OECD (2019). PISA 2018 Assessment and Analytical Framework, PISA, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/b25efab8-en>.

Disciplina 8 – Desenvolvimento da Educação Integral no Brasil

EMENTA

Princípios e concepções de Educação Integral no Brasil. Análise histórico-sociológica da educação integral no Brasil. Conceitos e definições de Educação Integral e Educação em tempo integral. Política e diretrizes operacionais da Educação de tempo integral. Educação Integral e a formação cidadã.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

MOLL, Jaqueline (org.). **Educação Integral**. Texto Referência para o Debate Nacional. Brasília: MEC/SECAD, 2008.

_____. **Rede de saberes mais educação**: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral : caderno para professores e diretores de escolas. – 1. ed. – Brasília : Ministério da Educação, 2008(A).

RIBETTO, A.; MAURÍCIO, L.V. **Duas décadas de educação em tempo integral**: dissertações, teses, artigos e capítulos de livros. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 22, n. 80, p. 137-60, 2009.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO COMUNITÁRIA – CENPEC. **Tendências para a educação integral** São Paulo: CENPEC : Fundação Itaú Social, 2011.

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO COMUNITÁRIA – CENPEC. **Educação integral**: experiências que transformam: subsídios para reflexão. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2013a.

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO COMUNITÁRIA – CENPEC. **Percursos da educação integral em busca da qualidade e da equidade**. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2013b.

Disciplina 9 – Planejamento financeiro e patrimonial em Organizações de Ensino

EMENTA

Definição de FUNDEB e ou principais fontes de financiamento da educação. Noções de Orçamento e Contabilidade aplicadas a instituições de ensino. Controle de Caixa. Controle de Materiais. Controle de Contas a Pagar e a Receber. Controle de patrimônio. Execução de recursos associados ao FUNDEB (ou outras fontes de financiamento da educação) e prestação de contas. Planejamento Financeiro de Eventos. Noções de projetos de captação de recursos. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FARENZENA, Nalú. FUNDEF E FUNDEB no contexto do financiamento da educação pública brasileira. FAGED/UFRGS. 2007.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO et al. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Docência em Formação).

.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. Educ. Soc. , Campinas, v. 22, n. 75, p. 84-108, agosto de 2001. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302001000200007>

Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302001000200007&lng=en&nrm=iso>. acesso em 24 de março de 2020.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (Org.). Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Disciplina 10 – Gestão democrática no contexto escolar

EMENTA

A gestão democrática da Educação e a organização de uma escola, o administrativo e o pedagógico. Os Sistemas de Ensino e os mecanismos de gestão: a descentralização. A gestão da escola básica e o princípio da autonomia administrativa, financeira e pedagógica. Gestão participativa, a escolha do Diretor da escola e a constituição das equipes de trabalho. Organização e divisão do trabalho na escola. O processo de planejamento e suas especificidades: a importância da elaboração de planos, programas e projetos na organização e gestão da escola.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

Lück, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

KUENZER, Acácia Zeneida et.al. **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LIBÂNEO, Jose Carlos. **Organização e gestão da escola teoria e prática**; Goiânia: ed. Alternativa, 2001.

LÜCK, Heloísa. Liderança em gestão escolar: Uma Gestão Paradigmática - Vol. 1. Série Cadernos de Gestão Petrópolis: Vozes, 2006. (Série **Cadernos de Gestão**).

LÜCK, Heloísa. Liderança em gestão escolar: Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional - Vol. II. Petrópolis: Vozes, 2006. (Série **Cadernos de Gestão**).

.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, Luís Cesar G. **Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional**. São Paulo: Atlas, 2006.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**: 3 ed. São Paulo: Ática, 2001.

AMARAL, Ana Lúcia. et.al. **Gestão educacional**: novos olhares, novas abordagens. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

COLOMBO, Sonia Simões. **Gestão educacional**: uma nova visão. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Disciplina 11 – Gestão de Pessoas na Escola

EMENTA

Abordagens e modelos de gestão de pessoas. Liderança e motivação: teorias e críticas. Políticas e gestão estratégica de pessoas na Administração Pública. Gestão de competências e desenvolvimento de pessoas. Gestão de pessoas no contexto da organização moderna. Tendências da área de gestão de pessoas no serviço público. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LIMA, Paulo Daniel Barreto. **A excelência em Gestão Pública**. Rio de Janeiro: QualityMark, 2007.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. **Práticas de recursos humanos – PRH: conceitos, fundamentos e procedimentos**. São Paulo: Atlas, 2007.

LUCK, Heloísa. Liderança em gestão escolar. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 165 p. (**Cadernos de gestão**; v. 4).

LÜCK, Heloísa. Liderança em gestão escolar: Uma Gestão Paradigmática - Vol. 1. Série Cadernos de Gestão Petrópolis: Vozes, 2006. (Série **Cadernos de Gestão**).

LÜCK, Heloísa. Liderança em gestão escolar: Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional - Vol. II. Petrópolis: Vozes, 2006. (Série **Cadernos de Gestão**).

.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, Luís Cesar G. **Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional**. São Paulo: Atlas, 2006.

BERGUE, Sandro T. **Gestão de Pessoas no Setor Público**. Caxias do Sul: Editora UCS, 2012.

BOHLANDER, George; SNELL, Scott; SHERMAN, Arthur. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

DEMO, Gisela. **Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional**. São Paulo: Atlas, 2008.

SENGE, Peter M. **A quinta disciplina: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem**. São Paulo: Best Seller, 1990.

ZARIFIAN, Philippe. **Objetivo competência: por uma nova lógica**. São Paulo: Atlas, 2001.

Disciplina 12 – Projeto Pedagógico na Gestão Escolar

EMENTA

Análise do Projeto Político Pedagógico: conceitos político administrativos de participação, investigação, identificação e alternativas na solução de problemas administrativos e educacionais. Procedimentos para elaboração e ou revisão de Projetos Pedagógicos. Debate e discussão de políticas de controle social
Estudos de casos aplicados

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARANTES, Rogério Bastos. Direito e Política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 39, São Paulo, fev. 1999.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. In: **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, Campinas jun. 2008.

DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de. (Org.). **Reforma do Estado e democracia no Brasil**. Brasília: Ed. da UnB, 1997.

DOMBROWSKI, Osmir. Poder local, hegemonia e disputa: os conselhos municipais em pequenos municípios do interior. In: **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 30, Curitiba jun. 2008.

LAMOUNIER, Bolivar; SOUZA, Amauri de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. In: **Dados**, v. 34, n. 3, 1991, p. 311-348

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Lei nº 4.320/1964. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1964/4320.htm>>. Acesso em: 26 jun.2009.

_____. Lei Complementar nº 101/2000. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/43/2000/101.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

_____. Lei nº 10.180/2001. Disponível em: <<http://www.marco.artigo19.org/node/55>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

_____. Lei no 10.933, de 11 de Agosto de 2004. Lei do PPA municipal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.933.htm>. Acesso em: 26 jun. 2009.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 5.970, de 25 de maio de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5790.htm>. Acesso em: 26 jun. 2009.

_____. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/atribuicoes_01_02.asp>. Acesso em: 26 jun.2009.

_____. Lei Orçamentária Anual do município. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/atribuicoes_01_03.asp>. Acesso em: 26 jun.2009.

_____. Lei Orgânica do Município: dispositivos sobre tributação e orçamento. Disponível em: <www.rebidia.org.br/noticia1.html>. Acesso em: 26 jun. 2009.

GARCIA, Ronaldo C. **Subsídios para Organizar as Avaliações da Ação Governamental**. Brasília: IPEA, 2001. [Texto para Discussão n. 776].

ARRETCHE, Marta. Federalismo e Políticas Fiscais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. In: **São Paulo em Perspectiva**, 18(2), 2004, p. 17-26. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 jun. 2009.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Conselhos Municipais. Orientações para a criação dos Conselhos Municipais**. Disponível em: <www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades/conselhos-municipais>. Acesso em: 26 jun. 2009.

Disciplina 13 – Elaboração e Avaliação de Projetos na Escola

EMENTA

Conceitos básicos sobre projetos na escola. Tipologia, políticas públicas e estruturação de projetos. Técnicas de elaboração e avaliação de projetos. Abordagens tradicionais vs. princípios ágeis. Técnicas e ferramentas ágeis. Planos auxiliares: comunicação, risco e responsabilidades. Aspectos administrativos e legais. O papel do gestor escolar no delineamento, execução e finalização do projeto.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CRUZ, Fábio. Scrum e Guia PMBOK unidos no gerenciamento de projetos. Rio de Janeiro: Brasport, 2013.

DATE, R. N., PINOCHET, L. H. C., BUENO, R. L. P., & NEMOTO, M. C. M. O. (2016). Agile method application in a public sector educational foundation/Aplicação do método ágil scrum em uma fundação educacional do setor público. *Revista de Gestão e Projetos*, 7(2), 75+.

MOURA, D. G.; BARBOSA, E. F. Uma proposta de tipologia para projetos educacionais. In: _____. *Trabalhando com Projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais*. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

RIBEIRO, W., MONTENEGRO, L., & Neto, M. (2019). Gestão inovadora e dinâmica de projetos: uma abordagem sobre gamificação. *Revista de Gestão e Projetos*, 10(2).

SAMSAO, V. MATHIAS, W.F. *Projetos: planejamento, elaboração e análise*. 2ª. Edição. São Paulo: Atlas, 2015. ISBN: 978-85-224-5033-6

SIMOYAMA, F. O., & BUENO, R. L. P. (2016). Adaptação e implantação da metodologia Scrum para projetos ágeis numa Autarquia Federal. *Revista Gestão & Tecnologia*, 16(2), 260-276.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARMANI, Domingos. *Como Elaborar Projetos? Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. *Avaliação de projetos sociais*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CONTADOR, C. R. *Projetos sociais: benefícios e custos sociais, valor dos recursos naturais, impacto ambiental, externalidades*. 5ª. Edição. São Paulo: Atlas, 2014. ISBN: 978-85-224-8998-5

KISIL, R. *Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil*. 3. ed. São Paulo: Global, 2004.

MILANI, F. WILLI, Renato. PRIKLADNICKI, Rafael. *Métodos Ágeis para Desenvolvimento de Software*, 2014.

TENÓRIO, F.G.(Coord.). *Elaboração de projetos comunitários: abordagem prática*. São Paulo: Loyola, 1995.

Disciplina 14 – Processos Administrativos e Prestação de Contas na Educação

EMENTA

Abordagens conceituais sobre processos; organizações educacionais e de fomento e suas múltiplas configurações; Direito Administrativo e respectivas orientações; critérios de responsabilização; características da responsabilização; parcerias, fomentos e suas configurações; fases de instrução, defesa, julgamento e prescrição; padrões para prestação de contas; necessidade da capacitação e qualificação das pessoas; necessidade legal e formas de prestação de contas no setor da Educação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL, CGU: **Manual de Processo Administrativo Disciplinar**. Brasília, 2016.

CARVALHO, Antônio Carlos Alencar de. **Manual de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância: à luz da jurisprudência dos tribunais e da casuística da Administração Pública**. 3ª ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

COSTA, José Armando da. **Teoria e Prática do Processo Administrativo Disciplinar**. 6. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2011

BRAZ, Petrônio. **Processo de Licitação - Contrato Administrativo e Sanções Penais** - 2ª Ed. Mizuno, 2007.

CRETELLA, Jr. **Prática do Processo Administrativo**. 6ª .Ed. RT, 2008. GONZALEZ, Atila J.; OCTAVIANO, Ernomar. **Sindicância e processo Administrativo** - 11ª Ed. LEUD, 2009.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de gestão pública contemporânea**. São Paulo, Atlas, 2008.

MOREIRA, Egon Bockmann. **Processo Administrativo** - 3ª Ed. Malheiros, 2007

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL, CGU. **Manual Prático de Processo Administrativo Disciplinar**. Brasília, 2016.

BALTAR NETO, Fernando Ferreira. TORRES, Ronny Charles Lopes de. **Direito Administrativo**. 5ª Ed. rev. atual. Salvador-BA. Editora JusPODIVM.2015

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização: Odete Medeuar. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. 1116p. (Coletânea da Legislação de Direito Ambiental).

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 27 ed.rev. ampl. e atual. até 2013 - São Paulo. Atlas. 2014.

COSTA, N.N. **Processo Administrativo e suas Espécies**. Rio de Janeiro. Forense.2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 27 ed. São Paulo. Atlas.2014

FERRAZ, Sergio; DALLARI, Adilson Abreu. **Processo Administrativo**. 3ª Ed. rev.atul. São Paulo. Ed. Malheiros. 2012

SOUSA, Alice Ribeiro de. **Processo Administrativo do Concurso Público**. Leme-SP. J.H.Mizuno. 2012.

10 - Estrutura Administrativo-Pedagógica

O Curso de Especialização em Gestão Escolar à distância possui o envolvimento dos seguintes atores:

- **aluno** matriculado no curso;
- **professores autores**, responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA));
- **professores formadores**, responsáveis pela oferta das disciplinas;
- **professores pesquisadores**, vinculados a programas de pós-graduação da IPES, ou a projetos de pesquisa;
- **tutores**, responsáveis por acompanhar, apoiar e avaliar o estudantes em sua caminhada; e

- **equipe de apoio**, responsável pela operacionalização da infraestrutura tecnológica e logística.

10.1 - Equipe Multidisciplinar

A equipe multidisciplinar que atuará no curso é composta de corpo docente, tutores, orientadores e pessoal técnico-administrativo, este último com funções de apoio administrativo e técnicas para produção e manutenção das TIC utilizadas no curso.

A equipe multidisciplinar do NEAD/UPE está organizada da seguinte forma:

- Coordenação Geral do NEAD
- Equipe de Apoio Administrativo
- Equipe Pedagógica
- Equipe de Revisão Linguística
- Equipe de Produção de Mídias
- Equipe de Tecnologia da Informação e Comunicação)

10.2 - Programa de Capacitação e Atualização da Equipe Multidisciplinar

A capacitação dos profissionais envolvidos ocorrerá conforme programação da Núcleo de Educação à Distância da UPE.

A cada início de semestre há reuniões pedagógicas com tutores e professores e ao longo do semestre sempre que necessário outras reuniões são realizadas para atualização da equipe multidisciplinar.

10.3 - Docentes que Participam da Gestão do Curso

Coordenador do curso: Ademir Macedo Nascimento

Professor Associado e Livre-docente da Universidade de Pernambuco Doutor em Administração

11 - Infraestrutura e Processo de Gestão Acadêmico-Administrativa

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Entre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- ▶ a implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- ▶ a produção e organização do material didático apropriado à modalidade;
- ▶ processos próprios de orientação e avaliação;
- ▶ monitoramento do percurso do estudante; e
- ▶ criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de ensino aprendizagem.

Para este curso, a estrutura e a organização do sistema que dá suporte à ação educativa, prevê a organização de uma rede comunicacional e de produção do material didático.

Rede Comunicacional

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Polos com a IPES e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estruturas física e acadêmica na IPES, com a garantia de:

- ▶ manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- ▶ designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
- ▶ manutenção dos núcleos tecnológicos na UPE e nos Polos, que deemsuporte à rede comunicacional prevista para o curso; e
- ▶ organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Polos ea UPE.

Produção de Material Didático

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico. O material didático do curso de Especialização em Gestão Escolar encontra-se disponível no repositório indicado pela CAPES, acessível a todas as IPES participantes do programa.

11.1 - Sistema de Tutoria

A tutoria no curso de Especialização em Gestão Escolar como componente fundamental do sistema tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser

concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação a distância, por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, e o tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas, as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão, com os professores formadores a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria e prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele se relaciona com outros estudantes, se participa de organizações ligadas à sua formação profissional ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, nesse processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos de aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela IPES antes do início e ao longo do curso.

Nesse sentido, serão selecionados tutores com formação adequada para o acompanhamento das disciplinas, tendo-se o cuidado de manter uma sinergia entre este e o professor da disciplina.

Como meios para interlocução, poderão ser utilizados:

- ambiente virtual, com recursos de fórum, chat, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
- videoaulas;
- telefone;
- redes sociais;
- aplicativos de troca de mensagens instantâneas;
- e-mail; e
- (Espaço para texto da IPES - outros recursos).

11.2 - Encontros Presenciais

Os encontros presenciais serão motivos de amplo planejamento envolvendo os atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas do Curso. Devido ao atendimento de um grande número de pólos num mesmo projeto inicial, os encontros presenciais contarão com o apoio do coordenador de pólo para que sejam momentos de trocas de experiências e desenvolvimento de atividades.

12 – Diretrizes de Avaliação

A avaliação é entendida como atividade que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não apenas análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Entre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema comunicacional da EaD; e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.

O processo de avaliação de aprendizagem na EaD, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

No contexto da EaD o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por esse motivo, é necessário desenvolver métodos de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e com os orientadores todas as vezes que sentinecessidade;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

Um aspecto relevante no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Gestão Municipal.

É importante desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não apenas o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhadosno curso.

12.1 - Avaliação Institucional

O curso integrará o conjunto de cursos ofertados pela UPE, submetendo- se igualmente ao processo de avaliação institucional aprovado pelo Conselho Universitário, dentre estes:

- Avaliação da Pró-reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Inovação da UPE;
- Avaliação Interna feita pela Comissão Própria de Avaliação da UPE;

12.2 - Avaliação dos Subsistemas de EaD

Na Universidade de Pernambuco, são realizados questionários de *feedback* dos alunos com relação às atividades e materiais postados no ambiente virtual de forma contínua e ao longo do semestre.

A avaliação dos subsistemas de EaD presentes no curso de Gestão Escolar tem por objetivo controlar e aprimorar as etapas do processo pedagógico para garantir o alcance dos objetivos propostos para o curso. Para tanto, será aplicada avaliação 360 graus, de forma continuada, realizada por todos os atores do processo ensino-aprendizagem, entre eles: estudantes, professores tutores, professores conteudistas, professores formadores e coordenador do curso, contemplando os seguintes aspectos:

- desempenho do estudante;
- desempenho dos professores tutores;
- desempenho dos professores formadores;
- adequação do sistema de tutoria;
- adequação do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- qualidade do material impresso e da multimídia interativa;
- qualidade e adequação do atendimento administrativo;
- desempenho da coordenação do curso; e
- eficácia do programa.

Como instrumentos de avaliação serão utilizados: a participação nos fóruns (destacando o poder de articulação e discussão) e as webquests.

A estrutura de EaD projetada para o curso possibilita a integração das ações dos atores de EaD, permitindo controle e sinergia no processo ensino-

aprendizagem, assim como a prática de acompanhamento efetivo do estudante e sua avaliação em dimensão sistêmica e continuada.

Os resultados das avaliações deverão ser utilizados com a função de retroalimentar os subsistemas de EaD, objetivando o aprimoramento e novos patamares de qualidade e eficácia.

12.3 - Avaliação de Aprendizagem

O processo de avaliação de aprendizagem na EaD, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da EaD deve ser o de obter dos estudantes não a capacidade de reproduzir ideias ou informações, mas, sim, a capacidade de produzir e reconstruir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem.

Segundo, porque, no contexto da EaD, o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por esse motivo, é necessário desenvolver método de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

O trabalho do autor, ao organizar o material didático do curso de Gestão Escolar, é levar o estudante a questionar aquilo que julga saber, principalmente, para que questione os princípios subjacentes a esse saber.

Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como um imperativo no tratamento dos conteúdos selecionados para o curso de Administração Pública, e a relação intersubjetiva e dialógica entre professor-estudante, mediada por textos, é fundamental.

Um aspecto relevante no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias

experiências, a fim de que possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Administração Pública.

É importante desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não apenas o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

As avaliações do desempenho do estudante serão regidas pela Política Institucional de Educação à Distância da UPE e normativas da câmara de graduação da UPE.

Como trata-se de um curso a distância, avalia-se a participação nos fóruns e no cumprimento dos prazos de realização das atividades solicitadas.

13 - Processo de Comunicação-interação entre os Participantes

Em razão de uma das principais características da EaD, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e a troca de informação nas suas formas síncrona e diacrônica.

As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação síncrona serão videoconferência e grupos virtuais.

Como processos de comunicação diacrônicos, serão utilizados, fóruns e e-mails institucionais.

Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação síncrona e diacrônica e será orientada pelo tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.

Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado por seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade etc.

Em outras palavras, a postura de avaliação assumida no processo de ensino-aprendizagem do curso pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor formador.

Documento Digitalizado Público

PPC da Especialização em Gestão Escolar

Assunto: PPC da Especialização em Gestão Escolar
Assinado por: Meneses Sobreira
Tipo do Documento: Projeto
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Raimundo Nonato Meneses Sobreira, DIRETOR(A) - DIR_EAD - DENSDIST-IFPI**, em 27/04/2024 08:00:23.

Este documento foi armazenado no SUAP em 27/04/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 495589
Código de Autenticação: 521f24b7d9





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 38/2024 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 16 de maio de 2024.

Aprova a criação do curso de Especialização em Gestão Escolar na Perspectiva da Educação Integral, modalidade Educação a Distância (EaD), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, e considerando o processo nº 23055.002280/2024-36,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, **ad referendum**, a Criação do curso de Especialização em Gestão Escolar na Perspectiva da Educação Integral, modalidade Educação a Distância (EaD), no âmbito do IFPI.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA

Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

■ Paulo Borges da Cunha, REITOR(A) - CD1 - REI-IFPI, em 16/05/2024 16:59:43.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 27/04/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 263430

Código de Autenticação: 3fdb53a8ce





PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO:
Especialização em Gestão Escolar na Perspectiva da
Educação Integral - EAD

Teresina (PI)
Abril - 2024



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO:

Especialização em Gestão Escolar na Perspectiva da Educação Integral
MODALIDADE A DISTÂNCIA

Paulo Borges da Cunha
REITOR

José Luís de Oliveira e Silva
PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Odimógenes Soares Lopes
PRÓ-REITOR DE ENSINO

Emmanuel Wassermann Moraes e Luz
DIRETOR DE PÓS-GRADUAÇÃO

Raimundo Nonato Meneses Sobreira
COORDENADOR DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

Comissão de elaboração do Projeto Pedagógico da Especialização em Ensino de Ciências -
PORTARIA 1016/2024 - GAB/REI/IFPI , de 25 de março de 2024.

Presidente: **Ivan dos Santos Oliveira**
Membro: **Joselma Ferreira Lima e Silva**
Membro: **Rute Glesia Lima Noletto**
Membro: **Francilio de Oliveira Sousa**
Membro: **Seandra Doroteu de Macedo**
Membro: **Rosilda Maria Alves**
Membro: **Lauriane Alves do Nascimento**

Teresina (PI)
Abril de 2024

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	6
2 PRINCÍPIOS FORMATIVOS.....	7
3 JUSTIFICATIVA.....	7
4 OBJETIVOS	9
5 ÁREA DE ATUAÇÃO E PÚBLICO-ALVO	10
6 PERFIL DO EGRESSO	10
7 REQUISITOS	11
8 ESTRUTURA CURRICULAR E METODOLÓGICA.....	11
9 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	12
9.1 Matriz Curricular.....	12
10 Ementário e Bibliografia	14
11 Aproveitamento de Estudos	23
12 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).....	23
13. CRONOGRAMA.....	23
14. CERTIFICAÇÃO.....	23
REFERÊNCIAS	24

APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui-se do Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Gestão Escolar na Perspectiva da Educação Integral (Pós-Graduação *Lato sensu*), na modalidade a distância. Este projeto se propõe a definir as diretrizes pedagógicas para a organização e o funcionamento do respectivo curso de especialização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), Campus Teresina Central, tendo como fundamento o Regimento Interno Geral dos programas de Pós-graduação *lato sensu* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

Este Projeto Pedagógico do curso de Especialização em Gestão Escolar na Perspectiva da Educação Integral foi elaborado por uma comissão constituída por docentes e uma servidora técnica em assuntos educacionais do IFPI, como marco orientador para a formação dos profissionais do magistério da Educação Básica, na área de Gestão Escolar. Estão presentes, como marco orientador, as decisões institucionais explicitadas no Projeto Político-Pedagógico, traduzidas nos objetivos, na função social desta Instituição e na compreensão da educação como uma prática social.

Em consonância com a função social do IFPI, o curso de Especialização em Gestão Escolar na Perspectiva da Educação Integral se compromete a promover formação continuada de professores da Educação Básica, comprometida com valores da sociedade democrática, com conhecimentos referentes à compreensão da educação como uma prática social, com o domínio dos conhecimentos específicos, os significados desses em diferentes contextos e a necessária articulação interdisciplinar.

Este documento apresenta os pressupostos teóricos, metodológicos e didático-pedagógicos estruturantes da formação continuada em pós-graduação, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPP/PPI) e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Em todos os elementos estarão explicitados princípios, categorias e conceitos que materializarão o processo de ensino e de aprendizagem destinados a todos os envolvidos nesta práxis pedagógica.

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

MANTENEDORA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI Endereço: Avenida Presidente Jânio Quadros, 730, Bairro: Santa Isabel, cidade: Teresina, Piauí, CEP: 64053-390, CNPJ: 10.806.496/0001-49, telefone: 3131-1400, ato legal: Lei 11.892/2008 (criação dos IFs), endereço web: www.ifpi.edu.br Reitor: Paulo Borges da Cunha.				
MANTIDA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI- Campus Teresina Central Endereço: R. Álvaro Mendes, 94 - Centro, Teresina - PI, 64000-040 CNPJ: 10.806.496/0003-00, telefone: (86) 3131-9402, ato legal: Lei 11.892/2008 (criação dos IFEs), endereço web: https://www.ifpi.edu.br/teresinacentral Diretor Geral: Paulo de Tarso Vilarinho Castelo Branco Diretor de Ensino: Franciéric Alves de Araújo				
Nome do Curso	Curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> Especialização em Gestão Escolar na Perspectiva da Educação Integral – EAD				
Código/Área de Conhecimento (CAPES)					
UA Responsável					
Carga Horária Total	510	Duração (meses)	18	Nº de vagas	
Atividades online	Plataforma Moodle		Atividades Presenciais	Sábado – Polos	
Modalidade	() Presencial - () Semipresencial - (X) A Distância				

Polos	
Graduação vinculada	Licenciatura em qualquer área.

2 PRINCÍPIOS FORMATIVOS

Os Cursos de Especialização estão organizados e se desenvolverão orientados pelos seguintes princípios:

- Garantia do direito de todos, e de cada um, aprender como dimensão estruturante do direito à educação;
- Sólida formação teórica e interdisciplinar que contemple diferentes dimensões do fazer educativo escolar;
- Articulação teoria x prática no processo de formação a partir da reflexão do contexto escolar;
- Valorização da escola como espaço formativo;
- Visão articulada do trabalho da sala de aula com o ambiente escolar, no funcionamento da escola e sua relação com um projeto de sociedade.

3 JUSTIFICATIVA

A proposta de Curso de Especialização em Gestão Escolar na perspectiva da Educação Integral justifica-se para formar o profissional da educação com a nova visão da gestão da sala de aula, gestão escolar e das políticas públicas para a Educação Básica, nas Escolas de tempo estendido. Para assegurar essa formação que contemple as áreas: da administração, inspeção, supervisão e orientação, este projeto tem como referência o marco legal da Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96 e a Resolução CEE Nº 453, de 28 de abril de 2005, que estabelece normas para a autorização de curso de Pós-Graduação Lato sensu - Especialização, no âmbito do Sistema Estadual de Educação de Minas Gerais.

A LDB, especificamente em seu artigo nº 64, indica para as instituições de ensino à necessidade de um currículo escolar voltado para competências, no qual os conteúdos sejam meios e não fins em si, a exigência de um esforço permanente de transposição didática, para criar ambientes de aprendizagem facilitadores da constituição de conhecimentos que façam sentido e

permitam ao futuro profissional descobrir por que se aprende e para que serve o aprendido na complexidade das áreas que envolvem a gestão escolar. Essa formação promulgada na LDB não tem apenas impacto pedagógico, mas alcança o papel do gestor escolar e os demais cargos de apoio ao trabalho pedagógico e à docência.

Do Gestor se estabelecerá que seja informado do que se passa em seu contexto imediato e longínquo, que estimule a abertura da escola e do currículo para os demais espaços de acesso ao conhecimento, que lidere a equipe no mar de incertezas que o novo paradigma de conhecimento está agitando para todos os educadores e que promova a gestão da escola, inclusive no que tange aos aspectos administrativos e financeiros.

Além da participação e da gestão democrática conquistas que sempre deverão ser zeladas e consolidadas, a escola agora terá que transformar a gestão do currículo em gestão de conteúdos aos quais novos significados estão continuamente sendo associados, conhecimentos em revisão permanente, que se ampliam e se expandem até as fronteiras de outras áreas e agregam-se a valores que mudam, dependendo do contexto.

Nesse sentido, emerge com bastante significância nas políticas públicas nacionais atuais para a educação básica o fomento à instalação de Escolas de Tempo Integral, por meio do Programa Escola em Tempo Integral, do Ministério da Educação. O Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei n. 14.640, de 31 de julho de 2023, visa fomentar a criação de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica, na perspectiva da Educação Integral. Coordenado pela Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MEC), o programa busca o cumprimento da Meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, política de Estado construída pela sociedade e aprovada pelo parlamento brasileiro.

O programa prevê assistência técnica e financeira para a criação das matrículas em tempo integral (igual ou superior a 7 horas diárias ou 35 horas semanais). Nesse âmbito, são consideradas propostas pedagógicas alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na ampliação da jornada de tempo na perspectiva da Educação Integral, e a priorização das escolas que atendam estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.

A assistência técnico-pedagógica e financeira aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal tem, como ponto de partida, a adesão ao mecanismo de fomento financeiro para a criação de matrículas de tempo integral. Para assegurar a qualidade e a equidade na oferta do tempo integral, o programa foi estruturado em cinco eixos (Ampliar, Formar, Fomentar, Entrelaçar e Acompanhar), articulando uma série de ações estratégicas, disponibilizadas a todos os entes federados.

A adesão ao programa e o recebimento dos recursos não solucionam, contudo, o complexo desafio de organização, gestão e implementação da Educação Integral em jornada ampliada na rede de ensino. Nesse sentido, a proposta que aqui se delineia se constitui enquanto imperiosa para a formação de gestores escolares especificamente para esses novos contextos educacionais que emergem.

Entendo a complexidade e a importância do papel reservado aos gestores escolares do novo milênio, caberá, ainda, a estes propiciar meios para uma reflexão coletiva sobre quem são os alunos, o que precisam aprender para serem cidadãos solidários e produtivos na sociedade contemporânea. A proposta do presente curso busca contribuir para o aperfeiçoamento e a formação exigida ao novo gestor escolar em escolas com tempo estendido. Neste sentido, é inovadora.

4 OBJETIVOS

4.1 Geral

- Capacitar professores e profissionais da educação, baseado em conhecimentos específicos na área da gestão escolar e da Educação Integral, tendo em vista o aprimoramento para a atuação na gestão de instituições de ensino públicas e/ou privadas em regime de Educação Integral em tempo integral.

4.2 Específicos

- Proporcionar estratégias e ferramentas que fortaleçam os conhecimentos de professores e/ou profissionais da educação no enfrentamento dos desafios da gestão escolar, na perspectiva da Educação Integral;
- Garantir ao professor e/ou profissional da educação que atuará na gestão escolar de instituições em regime de Educação Integral em tempo integral uma formação que permita a atuação interdisciplinar e contextualizada, fundamentada em sólidos princípios democráticos;
- Propiciar aos professores e/ou profissionais da educação um espaço de discussão, reflexão e socialização de saberes, bem como de aperfeiçoamento profissional;
- Oportunizar um ambiente favorável à reflexão e à discussão sobre a função social da escola brasileira e as suas perspectivas para uma formação fundamentada na competência técnica, na ética, na cidadania e na autonomia no âmbito da gestão escolar;
- Possibilitar o contato e a realização de pesquisas científicas, no âmbito da pós-graduação.

5 ÁREA DE ATUAÇÃO E PÚBLICO-ALVO

O curso de Especialização em Gestão Escolar na Perspectiva da Educação Integral destina-se aos professores de educação básica e superior, assim como outros profissionais, que possuam curso superior, que trabalham diretamente com a Educação Básica e públicos afins, prioritariamente em instituições com regime de educação em tempo integral. A justificativa para envolver um público diversificado, refere-se ao fato da Gestão Escolar perpassar todos os níveis e modalidade da educação brasileira (BRASIL, 2008).

6 PERFIL DO EGRESSO

O Curso de Especialização em Gestão Escolar na Perspectiva da Educação Integral tem por objetivo formar profissionais, capazes de desenvolver atividades de planejamento, organização, liderança e controle no âmbito da gestão escolar, em escolas em regime de Educação Integral em tempo integral, contribuindo para a elevação qualitativa da gestão dessas instituições.

Para atender o perfil de profissional anteriormente exposto, o egresso, após conclusão da sequência curricular, deverá desenvolver as seguintes competências:

1. Compreender os conceitos de planejamento estratégico e gestão escolar;
2. Buscar o aperfeiçoamento da Gestão Escolar, bem como as relações interpessoais;
3. Compreender os princípios da gestão financeira, de serviços, da gestão física e patrimonial das instituições escolares da educação básica, principalmente em instituições com regime de Educação Integral em tempo integral;
4. Demonstrar competências e habilidades para a avaliação institucional visando a melhoria do desempenho escolar;
5. Demonstrar capacidades técnicas, sociais, organizativas e metodológicas para conduzir o planejamento estratégico e projetos pedagógicos para eficácia no ambiente escolar;
6. Conhecer e reconhecer as tecnologias de sistemas de informações e comunicação para o ambiente escolar;
7. Demonstrar conhecimento sobre a legislação e políticas públicas que embasam a prática dos profissionais da educação.

7 REQUISITOS

É requisito ao candidato para o ingresso no curso de Especialização em Gestão Escolar na Perspectiva da Educação Integral que tenha curso superior, com diploma devidamente registrado e autenticado por instituição de ensino superior credenciada pelo MEC.

8 ESTRUTURA CURRICULAR E METODOLÓGICA

A estrutura curricular do Curso de Especialização em Gestão Escolar na Perspectiva da Educação Integral, na modalidade a distância, observa as determinações legais presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº. 9.394/96), na Resolução CNE/CES nº. 01 de 06 de Abril de 2018 e no Projeto Político-Pedagógico do IFPI.

Dessa forma, o curso está fundamentado nos dispositivos legais que tratam dos cursos de especialização na modalidade a distância, a saber:

- Decreto nº. 9.057, de 2017, o qual regulamenta o Artigo 80, que trata da EaD, da Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Parecer CNE/CES nº. 142/2001 e Resolução nº 07/2017, que estabelecem normas de funcionamento para cursos de pós-graduação;

Dentre os princípios e as diretrizes que fundamentam o curso, destacam-se: estética da sensibilidade; política da igualdade; ética da identidade; interdisciplinaridade; contextualização; e intersubjetividade.

O curso terá uma carga horária de 510 horas/aula, distribuídos em três eixos principais (básico, educação integral e gestão escolar) e será realizado de forma híbrida (presencial ou semipresencial), sendo 390 horas nos eixos e 120 dedicadas à elaboração do TCC. Os encontros presenciais serão acordados no cronograma de oferta do curso. É importante destacar que o curso será ofertado mediante edital específico para cada edição, a qual definirá também o formato da oferta (presencial ou semipresencial).

O referido curso adotará a metodologia centrada na Metodologia dos Problemas Geradores de Discussões, levando em consideração o ensino como uma ação humana que possibilita o estabelecimento de relações de liberdade dos participantes no sentido de discutir suas próprias posições, estar aberto à crítica e à mudança e reconhecer o espaço pedagógico efetivamente como um espaço formador de cidadania e democracia. O papel do docente será de participante e sujeito atuante da sua história, cuja ação pedagógica leva em consideração os aspectos sócio-históricos, econômicos, biológicos e culturais dos contextos em foco. Com a utilização de um modelo centrado na análise da própria prática pedagógica, o discente será capaz

de diagnosticar e intervir nos problemas identificados com fundamentação teórica pertinente e, assim, desenvolver competências para a sua atuação em situações singulares.

Nessa perspectiva de especialização, espera-se desenvolver uma disposição constante de busca por contextos promotores de aprendizagem significativa e que haja condições reais para o ensino e a aprendizagem. Diante do exposto, a ação metodológica primará pelo caráter investigativo e sistemático, por meio do qual a formação ocorrerá com uma ação dialógica que possibilitará ao discente ser mediador do conhecimento adquirido.

Nas aulas, os discentes utilizarão diferentes recursos para fortalecer o processo de ensino e aprendizagem, bem como materiais didáticos apostilados elaborados pelos docentes para um melhor embasamento teórico. O curso será oferecido utilizando recursos tecnológicos para favorecer o processo ensino-aprendizagem, mediante: discussão em grupo; debates (grupos com perguntas e respostas); aulas expositivas dialogadas; estudo e discussão dos textos científicos; produção de síntese, seminários e roteiros de estudo; desenvolvimento de práticas pedagógicas; atividades virtuais.

Quanto aos recursos avaliativos, as atividades serão definidas nos planos de ensino de cada módulo, a ser descrito por cada docente. Alguns exemplos de atividades que poderão ser adotadas são: atividades avaliativas individuais e em grupos, seminário, avaliação dissertativa, trabalho de conclusão de curso.

9 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

9.1 Matriz Curricular

A estrutura curricular do Curso de Especialização em Gestão na Perspectiva da Educação Integral – EAD (Pós-Graduação *Lato sensu*), observa as determinações legais presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº. 9.394/96), na Resolução CNE/CES nº. 01 de 06 de Abril de 2018, e no Projeto Político-Pedagógico do IFPI. O curso está organizado por disciplinas, com uma carga-horária total de 510 horas, distribuídas em três módulos ou semestres letivos.

Quadro – Distribuição de disciplinas por eixos

	Disciplina	CH
Eixo I Básico	Introdução à Educação a Distância	30h
	Fundamentos de Educação Especial e Inclusiva	30h
	Redação Científica	30h
	Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico I	60h
	Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico II	60h
CH Eixo – I		210h
Eixo II Educação Integral	Bases Teóricas e Princípios da Educação Integral	30h
	Avaliação inclusiva e emancipatória	30h
	Currículo na Educação Integral	30h
	Desenvolvimento da Educação Integral no Brasil	30h
	Educação Integral e integradora na Escola	30h
	Formação de Professores para a Educação Integral	30h
CH Eixo – II		150h
Eixo III Gestão Escolar	Gestão democrática no contexto escolar	30h
	Dimensões da Gestão Financeira escolar	30h
	Dimensões da Gestão Patrimonial no contexto escolar	30h
	Dimensões da Gestão de Pessoas no contexto escolar	30h
	Dimensões da Gestão Administrativa no contexto escolar	30h
CH Eixo – III		150h
Carga Horária Total		510h

10 Ementário e Bibliografia

DISCIPLINAS EIXO BÁSICO

Componente Curricular: Introdução à Educação a Distância – 30h

Ementa:

A modalidade de Educação a Distância: histórico, características, definições e regulamentações. Fundamentos e paradigmas teóricos e metodológicos da Educação a Distância. Organização de sistemas de Educação a Distância: processo de comunicação, processo de tutoria, mediação pedagógica, avaliação, processo de gestão e produção de material didático. Educação a Distância e ambientes virtuais de ensino-aprendizagem.

Bibliografia Básica:

BARBOSA, R. M. (org.). **Ambientes Virtuais de Aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

BELLONI, M. L. **Educação a distância**. Campinas: Autores Associados, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede - a era da informação**: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CORRÊA, J. (org.). **Educação a distância**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Bibliografia Complementar:

GUEVARA, A. J. de H.; ROSINI, A. M. (orgs.). **Tecnologias emergentes**: organizações e Educação. São Paulo: CENAGAGE Learning, 2008.

KENSKI, V. M. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas (SP): Papirus, 2003.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas (SP): Papirus, 2000.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a Distância** – uma visão integrada. São Paulo: CENGAGE Learning, 2008.

PRETI, O. (org.). **Educação a distância**: construindo significados. Cuiabá: NEAD/IE – UFMT: Brasília: Plano, 2000.

Componente Curricular: Fundamentos de Educação Especial e Inclusiva – 30h

Ementa:

Perspectivas históricas e conceituais da Educação Especial e Inclusiva. ▪ Pressupostos sociais, educacionais e políticos da Educação Especial e Inclusiva. ▪ O processo de construção social da deficiência ▪ Caracterização dos estudantes-público da Educação Especial numa perspectiva biopsicossocial e seus desdobramentos no contexto escolar ▪ Currículo, metodologias, recursos e avaliação na perspectiva inclusiva. Implicações do Capacitismo no contexto escolar. Atendimento Educacional Especializado (AEE). Ensino Colaborativo. Desenho Universal da Aprendizagem (DUA). Gestão e inclusão escolar.

Bibliografia Básica:

JANUZZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.

MAZZOTTA M. J. S. **Deficiência, educação escolar e necessidades especiais**: reflexões sobre inclusão socioeducacional. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002.

DINIZ, Debora. O que é Deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2012.

MENDES, E. G; VILARONGA, A. A. R; ZERBATO, A.P. O Ensino Colaborativo como

apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial. São Paulo: EdUFSCar, 2022.

VALLE, J. W; CONNOR, D.J. Ressignificando a deficiência: da abordagem social às práticas inclusivas na escola. Porto Alegre: AMGH, 2014.

Bibliografia Complementar:

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. **Desenvolvimento psicológico e educação**. Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. v.3. Porto Alegre: Artmed, 2004.

GLAT, Rosana; PLETSCH, Marcia Denise. **Inclusão Escolar de alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

MENDES, E. G. **Inclusão Marco Zero** - começando pelas creches. 2. ed. Araraquara: Junqueira&Marin Editores, 2013.

Componente Curricular: Redação Científica – 30h

Ementa:

Fundamentos da metodologia científica; • Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos; • Métodos e técnicas de pesquisa; • A comunicação entre os orientandos/orientadores; • O projeto preliminar de pesquisa; • O projeto de pesquisa; • A comunicação científica; • A organização do texto científico (normas ABNT/IFPI).

Bibliografia Básica:

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção textual na universidade**. 1. ed. São Paulo, SP: Parábola, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. 297.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

Bibliografia Complementar:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Informação e documentação: referências** - elaboração [NBR 6023]. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**: um guia para a iniciação científica. 2. ed. ampl. São Paulo, SP: Makron Books, 2000.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

Componente Curricular: Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico I – 60h

Ementa:

Elaboração de proposta de trabalho científico e/ou tecnológico, envolvendo temas abrangidos pelo curso. ▪ Orientação na elaboração do projeto de trabalho de conclusão de curso, realizada em conjunto com o professor orientador, desde o levantamento e fichamento bibliográfico para fundamentação teórica até o desenvolvimento dos tópicos: introdução, objetivos, materiais e métodos, análise, resultados esperados, cronograma e referências bibliográficas. ▪ Orientação da escrita de acordo com as normas de trabalhos acadêmicos do IFPI.

Bibliografia Básica:

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. Edição. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª. Edição. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2003.

Bibliografia Complementar:

AQUINO, I. de S. **Como escrever artigos científicos**. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2013. Edição digital.

MARCONI, M. DE A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

COSTA, F. **Método Científico**: os Caminhos da investigação. São Paulo: Harbra, 2001.

Componente Curricular: Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico II – 60h

Ementa:

Elaboração e conclusão de artigo científico, utilizando-se conhecimentos teóricos, metodológicos e éticos sob orientação docente. • Compreensão dos procedimentos científicos a partir de uma problematização dentro da área educacional; • Desenvolvimento de habilidades relativas às diferentes etapas do processo de pesquisa. • Apresentação do artigo científico.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. 21. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. 6. ed. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia Complementar:

NAHUZ, Cecília dos Santos; FERREIRA, Lusimar Silva. **Manual de Normalização de Monografias**. 4. ed. São Luís: Visionária, 2007.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e Pesquisa Interdisciplinar** – Epistemologia e metodologia operativa. São Paulo: Vozes, 2002.

DISCIPLINAS EIXO EDUCAÇÃO INTEGRAL

Componente Curricular: Bases Teóricas e Princípios da Educação Integral – 30h**Ementa:**

Educação integral e tempo integral; Educação integral, sujeitos e espaços sociais; Tempo integral e qualidade sociocultural da educação; Escola cidadã, cidade educadora e educação integral; Inovações educacionais em processo; Princípios da educação integral, integrada, integradora e em tempo integral.

Bibliografia Básica:

COELHO, Ligia Martha Coimbra da Costa (Org.). **Educação Integral em Tempo Integral:** estudos e experiências em processo. Petrópolis: DP et alii; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.
 GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil:** inovações em processo. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009. (Educação Cidadã, v. 4).
 MOLL, Jaqueline (Org.). **Caminhos da educação integral no Brasil:** direito a outros tempos educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

Bibliografia Complementar:

CAVALIERE, Ana Maria Villela. Escola de tempo integral versus alunos em tempo integral: educação integral e tempo integral. **Em Aberto**, Brasília, v. 22, n. 80, p. 51-63, 2009.
 CURY, Carlos Roberto. **Ideologia e Educação Brasileira**. 4. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1988.
 LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SAVANI, Dermeval. **A escola pública no Brasil:** história e historiografia. Campinas: Autores Associados; HISTERDBR, 2005.

Componente Curricular: Avaliação inclusiva e emancipatória – 30h**Ementa:**

Estudo da avaliação como instrumento indispensável para o planejamento e acompanhamento das ações educativas. As diferentes concepções da avaliação e suas manifestações na prática. Procedimentos e instrumentos da avaliação educacional. Avaliação Institucional de perspectiva formativa/emancipatória. Autoavaliação Institucional de perspectiva formativa/emancipatória. Meta-avaliação.

Bibliografia Básica:

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação:** políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003a.
 OLIVEIRA, Ivan dos Santos. **Meta-avaliação:** aspectos conceituais e metodológicos. Teresina: IFPI, 2023. E-book. ISBN 978-65-86592-74-0. DOI 10.51361/978-65-86592-74-0. Disponível em: <https://www.doi.org/10.51361/978-65-86592-74-0>.
 SAUL, Ana Maria. **Avaliação emancipatória:** desafio à teoria e a prática de avaliação e reformulação de currículo. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Bibliografia Complementar:

AFONSO, A. J. **Avaliação educacional:** regulamentação e emancipação. Para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
 DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton César (orgs.). **Avaliação institucional:** teoria e experiências. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
 GUBA, Egon G.; LINCOLN, Yvonna S. **Avaliação de quarta geração.** Trad. Beth Honorato. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

Componente Curricular: Currículo na Educação Integral – 30h

Ementa:

Concepções de currículo e seus determinantes socioculturais. Orientações curriculares centrais e contribuição de diferentes instâncias para a formulação de currículos. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN). As formas de Organização do Currículo na escola visando a compreensão das práticas pedagógicas e dos projetos educacionais. Parâmetros para organização do currículo na Educação Integral.

Bibliografia Básica:

LOPES, A. C, MACEDO, E. **Teorias do Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011 - p.1942.
 GIMENO SACRISTÁN, José. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. Cap. 4 e 5. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.
 COELHO, Lígia Martha; PAIVA, Dayse Martins; ROSA, Alessandra Victor. **Organização Curricular e escola de tempo integral**: precisando um conceito em suas práticas. Revista Teias, Rio de Janeiro, v.16, n.40, p. 155-173, 2015.
 FELÍCIO, Helena Maria dos Santos. **Análise currículo da escola de tempo integral na perspectiva da educação integral**. Revista E-Curriculum, São Paulo, v. 8, n.1, p. 1-18, 2012.
 GADOTTI, Moacir. Educação Integral no Brasil: inovações em processo. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

Bibliografia Complementar:

GIMENO SACRISTÁN, J. **O significado e a função da educação na sociedade e na cultura globalizadas**. In: GARCIA, R. L., MOREIRA, A. F. B. (Orgs.) Currículo na contemporaneidade. Incertezas e desafios. São Paulo: Cortez, 2003, p. 41-80.
 LOPES, A.C.MACEDO, E. Capítulo I, **Currículo**. In: Teorias de Currículo. São Paulo: Cortez, 2011.
 GIMENO SACRISTÁN, José. O Currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.
 Base Nacional Comum Curricular, BNCC, Disponível em <http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 16/04/2024.

Componente Curricular: Desenvolvimento da Educação Integral no Brasil – 30h

Ementa: Princípios e concepções de Educação Integral no Brasil. Análise histórico-sociológica da educação integral no Brasil. Conceitos e definições de Educação Integral e Educação em tempo integral. Política e diretrizes operacionais da Educação de tempo integral. Educação Integral e a formação cidadã.

Bibliografia Básica:

MOLL. Jaqueline (org.). **Educação Integral**. Texto Referência para o Debate Nacional. Brasília: MEC/SECAD, 2008.
 _____. **Rede de saberes mais educação**: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral : caderno para professores e diretores de escolas. – 1. ed. – Brasília : Ministério da Educação, 2008(A).
 RIBETTO, A.; MAURÍCIO, L.V. **Dois décadas de educação em tempo integral**: dissertações, teses, artigos e capítulos de livros. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 22, n. 80, p. 137-60, 2009.

Bibliografia Complementar:

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO

COMUNITÁRIA – CENPEC. **Tendências para a educação integral** São Paulo: CENPEC : Fundação Itaú Social, 2011.

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO COMUNITÁRIA – CENPEC. **Educação integral**: experiências que transformam: subsídios para reflexão. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2013a.

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO COMUNITÁRIA – CENPEC. **Percursos da educação integral em busca da qualidade e da equidade**. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2013b.

Componente Curricular: Educação Integral e integradora na Escola – 30h

Ementa: Currículo e Educação Integral escolar. Práticas de investigação do território educativo. Projeto Político Pedagógico integrador. Concepções pedagógicas para a Escola em tempo integral. Atividades integradoras em Programas e Projetos. Educação Integral como princípio educativo. O papel das práticas pedagógicas integradoras: identidade, inclusão, diversidade de gênero e étnico-racial.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, Julia Pinheiro; COSTA, Natacha; WEFORT, Helena Freire. **Currículo e Educação Integral na Prática**: uma referência para estados e municípios. Caderno 1. São Paulo: Centro de Referências em Educação.

Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/curriculo-na-educacao-integral/wp-content/uploads/2019/01/caderno-1-curriculo-e-ei-na-pratica.pdf>

MATUOKA, Ingrid. **Educação Integral**: qual o sentido de mais tempo na escola? São Paulo: Centro de Referências em Educação Integral, 2013.

Disponível em <https://educacaointegral.org.br/reportagens/educacao-integral-qual-o-sentido-de-mais-tempo-na-escola/>

COSTA, Natacha. **É hora de territorializar a escolar pública brasileira**, <https://educacaointegral.org.br/reportagens/e-hora-de-territorializar-escola-publica-brasileira/>, 2020

Bibliografia Complementar:

MOLL, Jaqueline (org.). **Educação Integral**. Texto Referência para o Debate Nacional. Brasília: MEC/SECAD, 2008.

_____. **Rede de saberes mais educação**: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral : caderno para professores e diretores de escolas. – 1. ed. – Brasília : Ministério da Educação, 2008(A).

Componente Curricular: Formação de Professores para a Educação Integral – 30h

Ementa: Formação continuada de professores e os fundamentos da Educação Integral. Planejamento da ação pedagógica. A gestão do tempo e dos espaços: diversidade de usos dos territórios (escolar ou não, articulação em rede, qualidade da organização do tempo das experiências pedagógicas. Práticas educacionais na Escola em tempo integral: uso de múltiplas linguagens de representação dos conteúdos de aprendizagem, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, experimentação, contextualização e personalização. Processo formativo colaborativo.

Bibliografia Básica:

MOLL, J. (org.). **Caminhos da educação integral no Brasil**: direitos a outros tempos e espaços. Porto Alegre: Penso, 2012.

ROSA, Sandra Valéria Limonta et al. (org.). **Educação integral e escola pública de tempo**

integral: formação de professores, currículo e trabalho pedagógico. Goiânia: Gráfica e Editora América, 2014.

SILVA, Jamerson, Antonio de Almeida da; SILVA, Katharine Ninive Pinto. **Formação continuada e valorização de pessoal no Programa Mais Educação.** In: Educação integral no Brasil de hoje. Curitiba: CRV, 2012.

Bibliografia Complementar:

SOUZA, Rosana Ramos de. **Educação e diversidade:** interfaces e desafios na formação de professores para a escola de tempo integral, 2015. 126p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Oeste do Pará. 2015.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 15. Petrópolis: Vozes, 2013.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente:** elementos para uma teoria da docência como profissão de interação humana. Petrópolis: Vozes, 2014.

DISCIPLINAS EIXO GESTÃO ESCOLAR

Componente Curricular: Gestão democrática no contexto escolar – 30h

Ementa: A gestão democrática da Educação e a organização de uma escola, o administrativo e o pedagógico. Os Sistemas de Ensino e os mecanismos de gestão: a descentralização. A gestão da escola básica e o princípio da autonomia administrativa, financeira e pedagógica. Gestão participativa, a escolha do Diretor da escola e a constituição das equipes de trabalho. Organização e divisão do trabalho na escola. O processo de planejamento e suas especificidades: a importância da elaboração de planos, programas e projetos na organização e gestão da escola.

Bibliografia Básica:

Lück, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Editora Positivo, 2009.

KUENZER, Acácia Zeneida et.al. **Gestão democrática da educação:** atuais tendências, novos desafios. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LIBÂNEO, Jose Carlos. **Organização e gestão da escola teoria e prática;** Goiânia: ed. Alternativa, 2001.

Bibliografia Complementar:

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública:** 3 ed. São Paulo: Ática, 2001.

AMARAL, Ana Lúcia. et.al. **Gestão educacional:** novos olhares, novas abordagens. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

COLOMBO, Sonia Simões. **Gestão educacional:** uma nova visão. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Componente Curricular: Dimensões da gestão financeira escolar – 30h

Ementa: Conceito, finalidades e fontes das demonstrações financeiras. Análise das demonstrações financeiras. Fontes de financiamento e recursos. Dimensão financeira na gestão escolar. Administração de capital de giro e fluxo de caixa. Planejamento Financeiro. Definição de FUNDEB e ou principais fontes de financiamento da educação. Noções de Orçamento e Contabilidade aplicadas a instituições de ensino. Execução de recursos associados ao FUNDEB (ou outras fontes de financiamento da educação) e prestação de contas.

Bibliografia Básica:

AMARAL, Nelson Cardoso. **Para compreender o financiamento da educação básica no Brasil**. Brasília: Líber Livro, 2012.

ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti. **Curso de Administração Financeira**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

FARENZENA, Nalú. **FUNDEF E FUNDEB no contexto do financiamento da educação pública brasileira**. FAGED/UFRGS. 2007.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

LIBÂNEO et al. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cotez, 2018.

Bibliografia Complementar:

BRIGHAM, Eugene F.; EHRHARDT, Michael C.. **Administração Financeira: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016. Tradução Noveritis do Brasil; Pólen Editorial; Solange Aparecida Visconti.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 17. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Introdução à administração financeira: texto e exercícios**. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SANTOS, Edno Oliveira dos. **Administração financeira da pequena e média empresa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Componente Curricular: Dimensões da gestão patrimonial no contexto escolar – 30h

Ementa: Histórico, funções e objetivos da gestão de materiais e patrimoniais. Dimensão patrimonial na gestão escolar. Processo de codificação. Gerenciamento de estoques. Gestão de compras e licitação. Armazenamento e distribuição e transporte.

Bibliografia Básica:

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de materiais: uma abordagem logística**. São Paulo: Atlas, 2019.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 19.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FRANCISCHINI, Paulino G. GURGEL, Floriano do Amaral. **Administração de materiais e do patrimônio**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

LUCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

VIANA, João José. **Administração de Materiais: Um enfoque Prático**. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

CHRISTOPHER, Martin. **Logística e gerenciamento da cadeia de Suprimentos**. São Paulo: Pioneira, 2011.

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de materiais, princípios, conceitos e gestão**. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais**. São Paulo: Saraiva, 2011.

POZO, Hamilton. **Administração de recursos patrimoniais: uma abordagem logística**. São Paulo: Atlas, 2016.

Componente Curricular: Dimensões da Gestão de Pessoas no Contexto Escolar – 30h

Ementa: Introdução à Moderna Gestão de Pessoas. Dimensão de Gestão de Pessoas na Gestão Escolar. Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas. Processos de Gestão de Pessoas. Liderança e Motivação. Gestão de Competências e desenvolvimento de pessoas. Tendências da área de gestão de pessoas na Administração Pública.

Bibliografia Básica:

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos: o capital humano das organizações**. 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2020.

LIMA, Paulo Daniel Barreto. **A excelência em Gestão Pública**. Rio de Janeiro: QualityMark, 2007.

LUCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

ROBBINS, Stephen P.; JUDGE, Timothy A; SOBRAL, Filipe. **Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro**. 14. ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2011.

Bibliografia Complementar:

LACOMBE, Francisco José Masset. **Recursos humanos: princípios e tendências**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MILKOVICH, George T.; BOUDREAU, John W. **Administração de Recursos Humanos**. 4. Ed. São Paulo: Atlas. 2021.

RIBEIRO, Antônio de Lima. **Gestão de pessoas**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

Componente Curricular: Dimensões da gestão administrativa no contexto escolar – 30h

Ementa: Administração e as organizações; Dimensão administrativa na gestão escolar. Funções administrativas; Planejamento e Administração estratégica; Estrutura organizacional; Tipos de organizações; Departamentalização e suas tipologias; Centralização e descentralização; organograma e fluxograma; Abordagem conceitual de processos; Manuais administrativos e formulários.

Bibliografia Básica:

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 4 ed. São Paulo: Manole, 2014.

LUCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Teoria Geral da Administração - da Revolução Urbana À Revolução Digital**. 8ª edição. Revista e Ampliada, São Paulo, Atlas, 2017.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial**. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

Bibliografia Complementar:

DRUCKER, Peter F. **Introdução a administração**. São Paulo: Cengage Learning, 2018.

JACOBSEN, Alessandra Linhares. CRUZ, João Benjamin da. MORETTO NETO, Luís. **Administração: Introdução e Teorias**. Florianópolis: SEAD/UFSC, 2006.

LACOMBE, Francisco J. M.; HEILBORN, Gilberto Luiz J. **Administração: Princípios e Tendências**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

11 Aproveitamento de Estudos

Aproveitamento de estudos é a possibilidade do discente ser favorecido com a dispensa de disciplinas estudadas em outro curso de pós graduação, desde que seja reconhecido a equivalência do conteúdo programático e carga horária da disciplina cursada em outro curso de pós-graduação em qualquer Instituição de Ensino Superior. Para tanto, deverá ser protocolado requerimento solicitando a dispensa da disciplina cursada e em anexo plano de curso da mesma.

12 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente obrigatório para a obtenção do título de Especialista em Ensino de Ciências e deverá refletir os conteúdos abordados durante o curso, bem como as competências e habilidades desenvolvidas.

O aluno terá que apresentar e fazer a defesa do TCC sob a forma de artigo científico, devendo obedecer às sistematizações dadas pela coordenação do curso. Para a concretização do trabalho, o aluno deverá ter encontros periódicos destinados à orientação mediada por um professor orientador.

Uma banca será constituída para análise do trabalho: professor orientador, que a preside, e mais dois componentes com formação em áreas afins e reconhecida experiência profissional na área do objeto de estudo em questão, sendo que, obrigatoriamente, um deles seja membro externo da instituição.

O artigo deverá ser apresentado oralmente para a banca composta e será avaliado em uma escala de 0 a 10 pontos, devendo o aluno obter um nota mínima de 7 (sete) pontos. No caso de não alcançar esta nota, o aluno deverá ser reconduzido para realizar as correções propostas pela banca e marcar nova apresentação/avaliação do seu trabalho no prazo de 30 (trinta) dias.

13. CRONOGRAMA

A carga horária total é de 510 horas, que serão distribuídas ao longo de 18 meses.

14. CERTIFICAÇÃO

Após a integralização dos componentes curriculares que constituem o Curso de Especialização em Gestão Escolar na Perspectiva da Educação Integral - EAD e da apresentação

pública e aprovação do TCC, será conferido ao discente o Certificado do Curso de Especialização em Gestão Escolar na Perspectiva da Educação Integral reconhecido pelo MEC, emitido pelo Instituto Federal do Piauí, observando as normas constantes na resolução CONSUP nº 42/2021, que estabelece as normas para expedição, registro de diplomas e certificados dos cursos de graduação e pós-graduação no âmbito do IFPI.

Aos cursistas que não alcançarem tal meta, mas cumprirem no mínimo 30 horas (equivalente a uma disciplina), será conferido um certificado de curso de extensão. Aos cursistas que integralizarem acima de 180 horas será conferido um certificado de Aperfeiçoamento em Gestão Escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 01 de 06 de abril de 2018**. Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências. Brasília/DF, 2018.

BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF., 26 jun 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Planejando a Próxima Década**. Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Ministério da Educação/Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/Sase): Brasília, DF., 2014.

BRASIL. **Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023**. Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera as Leis nºs 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e 14.172, de 10 de junho de 2021. Brasília, DF, 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 2.617, de 07 de julho de 2023**. Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera as Leis nºs 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e 14.172, de 10 de junho de 2021. Brasília, DF, 2023.

Documento Digitalizado Público

Projeto pedagógico do Curso

Assunto: Projeto pedagógico do Curso
Assinado por: Meneses Sobreira
Tipo do Documento: Projeto
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Raimundo Nonato Meneses Sobreira, DIRETOR(A) - DIR_EAD - DENSDIST-IFPI**, em 27/04/2024 07:12:56.

Este documento foi armazenado no SUAP em 27/04/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 495586
Código de Autenticação: 560c4cd40a

